

COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

A INVENÇÃO DO JORNALISTA CONTEMPORÂNEO: RETRATO DO PROFISSIONAL QUANDO A COMUNICAÇÃO CRESCE E O JORNALISMO DECLINA.

Samária Andrade; samaria.andrade@hotmail.com¹

RESUMO

Na esteira de transformações infotecnológicas e sociais das últimas décadas, intensificadas nos últimos anos, o campo da comunicação, em profundas mudanças, por vezes quase negligencia um personagem central, que se encontra tensionado: o jornalista. Ele, muitas vezes, tem apenas reagido a transformações que não controla e das quais não escapa. Esse estudo tem o objetivo de desvelar em que contexto o jornalista contemporâneo se movimenta. Assim, aponta três fenômenos históricos que se entrecruzam e ajudam a formatar um retrato do profissional nesse momento. Conclui-se pela necessidade de identificar esse contexto, com suas principais características, como ponto de partida para uma compreensão mais reflexiva e crítica sobre o jornalista que resulta desses processos.

PALAVRAS-CHAVE

Jornalista. Jornalismo. Contexto. Infotecnológico. Mudanças.

1. INTRODUÇÃO

A última década foi de profundas transformações na indústria da comunicação, alvo de grandes investimentos e impulsionada por avanços infotecnológicos digitais que aceleram processos e alteram práticas e formatos. Essas mudanças acontecem num cenário resultante de reestruturação capitalista global, notadamente neoliberal e desregulamentada, que tem deixado mais visíveis fenômenos como a concentração de empresas, a desregulação do Estado, a transferência de autoridade econômica e política para sistemas comerciais e a ascensão das grandes plataformas digitais, poderosos grupos empresariais que atuam por meio de processos opacos.

A percepção desse cenário impede uma apreensão simplista das questões que envolvem os meios e formas de comunicação e o jornalismo. A indústria da mídia, com

¹ Doutora em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB). Professora do curso de Jornalismo da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Coordenadora do curso de Jornalismo da Universidade estadual do Piauí (UESPI).



REALIZAÇÃO



APOIO



práticas e formatos em ebulição, apresenta pontos de tensões que vão das formas de financiamento à legitimidade da profissão de jornalismo e do jornalista. Nesse cenário, um personagem antes aparentemente central, agora parece perdido no labirinto de mudanças: o jornalista. Ele se encontra a mercê de transformações infotecnológicas digitais que não controla e às quais, muitas vezes, tem apenas reagido, em grande medida de modo não reflexivo, pragmático e tecnodeterminista, pressionado pela aparente dualidade inescapável: embarcar nas mudanças ou perder o bonde e ficar à margem?

Esse personagem suscita muitas inquietações: O que se espera do jornalista? Que jornalistas estamos formando? Que mercado vai absorvê-lo ou onde ele encontrará espaço de existência?

Para refletir sobre essas inquietações, o objetivo desse estudo é dar um passo atrás e analisar os contextos que têm “inventado” o jornalista contemporâneo, forjado num momento em que a comunicação cresce, mas o jornalismo declina ou ganha novos contornos, muitas vezes estranhos às ideias clássicas de responsabilidade social, atravessado por práticas vizinhas (como a publicidade, as relações públicas, o marketing, a assessoria de imprensa) e num ambiente de saturação tecnológica (SCHNEIDER, 2016; TRIVINHO, 2007) fora de seu controle.

Ao passo em que tecnologias e formas de comunicação avançam em investimentos e capacidade técnica, emergem também discussões sobre a relevância do jornalismo e dos jornalistas, gerando instabilidades, ameaças e ataques a esse profissional, vindas de políticos e/ou grupos de interesse, e que encontram certa reverberação social.

Para refletir sobre essas questões, esse estudo toma como norte a pergunta: que contextos concorrem, contemporaneamente, para alterações na atividade jornalística, com poder de influenciar práticas e a imagem do jornalista resultante desses contextos?

Justifica esse estudo a necessidade de se buscar ferramentas para melhor compreender o jornalista emergente na última década e como ele se movimenta ou relaciona com transformações históricas de seu tempo, investigando a invenção do



REALIZAÇÃO



APOIO



jornalista contemporâneo. Compreender esses contextos é o primeiro passo para enfrentar questões que têm atravessado a profissão e o perfil profissional.

Esse é um estudo teórico, com base em observações de transformações estruturais das últimas décadas que incidem sobre a comunicação, o jornalismo e o jornalista, ancorado em diferentes estudiosos que observam transformações históricas desse período, com a proposta de identificar essas transformações bem como a conexão entre fenômenos, o que permite compreender o jornalista emergente desse cenário.

2. Contexto geral

Desde as últimas décadas do século XX, grandes investimentos em Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), muitas via iniciativa privada, têm colocado as empresas de comunicação, cada vez mais, num papel de valorização do mercado em geral. Quando a indústria da mídia passa a estar estreitamente relacionada ao funcionamento dos mercados, os meios de comunicação e, conseqüentemente, o jornalismo praticado nestes veículos, passam a conviver com condicionantes que implicam em mudanças nas práticas jornalísticas e para os profissionais de jornalismo (MOSCO, 2009; BOLAÑO, 2000; NEVEU, 2006; CHARRON; BONVILLE, 2016).

Alguns processos que se interrelacionam e ajudam a transformar os meios de comunicação são: a) a busca de novos lugares de investimento por parte do capital individual – empreendedores de áreas diversas passam a enxergar nos meios de comunicação a possibilidade de investimento para o capital, possuindo empresas de comunicação ou se aproximando destas de formas diversas (BOLAÑO, 2000); b) o avanço tecnológico, que facilita formas variadas de produção e distribuição de conteúdo, mesmo por companhias de menor poder aquisitivo em comparação com companhias nacionais ou transnacionais (CHARRON; BONVILLE, 2016); e c) a desregulamentação nas áreas de infotecnologia (MOROZOV, 2018; ZUBOFF, 2020).

Fortemente influenciado pelo modelo comercial americano, o desenvolvimento dos meios de comunicação no Brasil assumiu, desde o seu início, um caráter de gestão privada, dependente do Estado e das verbas dos anunciantes. Como no restante da América Latina, os formatos públicos pouco se desenvolveram e, de maneira geral, os veículos que se estabeleceram passaram por processos de concentração - que incluem



REALIZAÇÃO



APOIO



a propriedade cruzada, promovendo a intersecção de veículos de comunicação e outras formas de negócio - e pela ausência de uma cultura de meios públicos que estimulem a diversidade (BECERRA, 2013).

Partindo dessas constatações é possível observar que os grandes meios de comunicação no Brasil têm se desenvolvido como um projeto fundamentalmente comercial, trazendo consequências para o jornalismo e a prática dos jornalistas. O modelo dominante de jornalismo que emerge na grande imprensa chega também a veículos menores e regiões periféricas, que muitas vezes adotam as práticas de regiões centrais como padrão ou modelo, ainda que tenham suas singularidades.

É preciso reconhecer que não existe um só tipo de jornalismo. Neveu (2006) usa o termo “jornalisms”, entendendo que não existe um jornalismo em geral, mas diversos jornalisms ou concepções de jornalisms, e sempre se faz uma escolha entre eles, que pode ser política, econômica, que cumpra determinados interesses, busque certos objetivos, diga respeito aos controladores do meio de comunicação ou ao público ao qual ele se destina. Essa escolha tem também explicações históricas, portanto influenciadas por forças políticas, econômicas, sociais e culturais de cada momento.

Exemplo de “jornalisms” estão, entre outros, nas propostas alternativas que costumam surgir, geralmente, em momentos de tensões nas práticas, crises economicopolíticas sociais e questionamentos de valores profissionais.

Uma comentada “crise no jornalismo” na última década, revelada por demissões em massa nas grandes empresas e intensificada pelos avanço nas TICs - que também representou oportunidades-, contribuiu para desestabilizar formatos e o que se conhecia como jornalismo profissional. No entanto, essa instabilidade, não deve ser creditada apenas aos avanços infotecnológicos, nem à própria imprensa. Ela vai além e tem se configurado de modo estrutural, num quadro sociohistórico mais amplo que deve ser convocado nas análises.

Pereira e Adghirni (2011) afirmam que quando se fala em mudança estrutural ou crise na atividade jornalística deve-se levar em conta que o jornalismo deve ser visto como espaço heterogêneo, atravessado por uma tensão permanente entre estabilidade e mudança como algo constitutivo da prática jornalística. Assim, os autores alertam para a equivocada crença em uma natureza imutável na atividade, como se parte dela



REALIZAÇÃO



APOIO



fosse imune a inovações, e chamam atenção para a sua natureza cheia de continuidades e descontinuidades, ordem e dispersão.

Mesmo reconhecendo essa natureza sujeita a descontinuidades, os autores acreditam que é possível identificar mudanças na prática jornalística que se transfiguram numa instabilidade a percorrer vários processos e que se alojam como algo estrutural nos meios de comunicação e na profissão jornalística.

Nesse quadro estrutural mais amplo deve-se observar uma desaceleração do crescimento e reestruturação produtiva que atingiu o mundo do trabalho desde as décadas finais do século XX, diminuindo número de empregos formais, remuneração, organização sindical e direitos trabalhistas, fazendo crescer o universo do trabalho precarizado, subcontratado, terceirizado e outros (FIORI, 2007).

Para Antunes (2011) o trabalho vai ficando mais fluido, adquirindo formas heterogêneas, fragmentadas. Bauman (2011) identifica a preferência por empregados flutuantes, desapegados, flexíveis, não especializados, que possam atuar em várias áreas, estejam disponíveis para aceitar tarefas extras, responder a situações de emergência ou ser realocado de função a qualquer momento. Pode-se argumentar que esse profissional seja fruto das transformações digitais; no entanto, é preciso problematizar a questão.

No Jornalismo essas mudanças se refletem na contratação de grande contingente de estagiários, pessoas mais jovens, terceirizados, *freelancers*, que representam menor custo para as empresas e menor preocupação ou resistência às necessidades empresariais, linha editorial adotada ou conteúdo produzido.

O trabalho no espaço doméstico também tem crescido no jornalismo, possibilitado pelas TICs e agudizado com a pandemia de Covid-19. A empresa diminui custos e os trabalhadores ficam dispersos, constituindo uma classe fraturada, com menor poder de discussão ou mobilização.

Outro ponto ligado à flexibilização e precarização do trabalho é o aumento no número de atribuições, que exige o desenvolvimento de novas habilidades e competências e ocasiona sobrecarga de trabalho. Antunes (2011) fala em “trabalhadores multifuncionais” e alerta que a “desespecialização” é um processo que também significa um ataque ao saber profissional dos trabalhadores qualificados.



REALIZAÇÃO



APOIO



Partindo desse cenário geral, meio labirinto, meio armadilha, esse estudo oferece primeiro uma contextualização geral, tratada neste tópico, para em seguida destacar três fenômenos históricos específicos, que se intercalam, sobrepõem ou sequenciam, e ajudam a compreender o contexto de localização do jornalista inventado na contemporaneidade.

Vale ainda salientar que se entende, aqui, as transformações como processos históricos, compreendendo-se que elas articulam vários fenômenos que co-existem e acontecem na interação de momentos econômicos, políticos, sociais, culturais e ideológicos, influenciando e sendo influenciadas por estes, e devendo ser compreendida dentro de sua etapa histórica de desenvolvimento.

3. Fenômenos históricos

3.1. Transformações sociotécnicas e novo ecossistema midiático

Avanços em comunicação e telecomunicações se difundem nas primeiras décadas do século XXI, as mídias sociais ganham ascensão, os *smarthphones* adquirem papel antes inimaginável e despontam novos atores com possibilidade de difundir informações.

Essas alterações são fruto de uma conjuntura onde pode se destacar, num primeiro momento, a redução no custo de criação de novos produtos jornalísticos, sobretudo via internet, ampliando a oferta de informações em circulação (MICK; TAVARES, 2017). Assim, Mick e Tavares (2017) consideram que, na segunda década do século XXI, se alarga a percepção de alguns setores da sociedade de que há um *gap* entre o que a mídia jornalística diz/faz e o que agentes acreditam que deva ser dito/feito. Tendo acesso aos instrumentos que permitem criar relatos por conta própria, surgem as experiências para contar o cotidiano que não se vê no discurso do jornalismo da grande mídia, tomando para si a função de produzir significações sobre seus problemas e entorno.

O relatório Ponto de Inflexão (2016) destaca que ferramentas de *web design* mais fáceis de utilizar e o advento das mídias sociais tornaram possível o jornalismo digital quase que inteiramente com patrimônio e esforço próprio, conseguindo uma manutenção com fontes diversificadas de receitas.



REALIZAÇÃO



APOIO



No entanto, essas mudanças não se reduzem a explicações tecnológicas. Fíguro (2018) aponta que elas devam ser vistas na confluência entre disponibilidade tecnológica, mobilização social e crise no mundo do trabalho do jornalista. Essa crise, aponta a autora, se estende por modelo de negócios e ao próprio trabalho do jornalista, estando relacionada às incertezas provocadas por reestruturação produtiva e convergência de meios e também estando ligada a uma desconfiança em relação à mídia empresarial (FÍGARO, 2018).

A situação de crise não deixa de parecer contraditória uma vez que as indústrias da mídia figuram entre os dez maiores investidores do setor econômico nas primeiras décadas do século, com investimentos pesados em tecnologia, o que sugere que o mercado da comunicação como um todo não estaria em crise, mas redirecionando investimentos (LIMA, 2015).

Observando os avanços sociotécnicos, Rovai (2018) localiza o surgimento de um “novo ecossistema midiático”, com *hubs* de redes: sites, perfis ou páginas com capacidade de organizar informação e a distribuir para grande número de pessoas. Para o autor, esse novo ecossistema permite o surgimento e crescimento do jornalismo digital, onde se somam diferentes atores, alguns que praticam “um jornalismo menos posicionado; alguns estão totalmente inseridos na lógica do *hardnews*, ou do jornalismo em tempo real; outros praticam uma cobertura mais fria e de viés interpretativo e explicativo” (ROVAI, 2018, p.171).

Rovai (2018) divide o jornalismo digital em fases. Na primeira, entre 1995 e 2001, estaria a difusão dos portais de notícias, a maioria ligados aos veículos de comunicação já existentes. Na segunda fase, entre 2001 e 2005, acontece uma explosão do jornalismo digital, tendo como características um alargamento da base de leitores – que percebem que podem se informar via internet - e o crescimento de sites comerciais, apesar de investimentos ainda reduzidos. Os blogs se constituem numa terceira fase do jornalismo digital, alargando o ecossistema informativo. A quarta fase, iniciada em 2010, é a das redes sociais, que criam novos personagens como os coletivos de comunicação. E a quinta fase do jornalismo digital seria a do aumento de poder das plataformas digitais (veja o item 3.3).



REALIZAÇÃO



APOIO



3.2. Emergência dos novos veículos alternativos e outras formas de comunicação/comunicadores

Novas modalidades de produção e circulação de informações, surgidas com as transformações sociotécnicas, permitem a emergência de outros atores no campo da comunicação, produzindo conteúdos em diferentes formatos e tipos de organização: individuais, em coletivo e cooperativas, de jornalistas ou de profissionais de comunicação, incorporando pessoas de outras áreas ou de caráter ativista - mobilizadas a partir de causas políticas e adotando práticas colaborativas, nas quais qualquer um pode produzir conteúdo (MICK; TAVARES, 2017).

Esses novos atores costumam convocar, em sua definição, os termos alternativo e independente ou livre, embora essa autodefinição suscite questionamentos. Eles costumam se colocar como alternativos aos chamados grandes meios de comunicação de formato predominantemente empresarial - na medida em que buscam uma outra narrativa para acontecimentos ou elegem pautas que consideram negligenciadas por estes - e independentes ou livres - quando buscam garantir independência editorial, derivada da independência financeira, por meio de formas diversas de financiamento.

Fígaro (2018) reflete sobre os termos alternativo – que remete à experiência histórica daqueles que buscam construir meios de comunicação contra-hegemônicos ou ao menos alternativo a outro já constituído – e independente – “que se configura na literatura como desvinculação política e econômica, como compromisso autocentrado” e que, mais especificamente no caso do jornalismo, “restringe-se à não vinculação com os interesses políticos vigentes e à ideia de neutralidade” (FÍGARO, 2018, p. 39).

O relatório *Ponto de Inflexão* (2016), coloca o Brasil, ao lado de Argentina, Colômbia e México, como um dos locais onde mais tem surgido esse tipo de mídia alternativa nas duas primeiras décadas do século XX. Segundo o estudo, os jornalistas estão sendo impelidos a produzir jornalismo independente em países altamente polarizados do ponto de vista político e onde a propriedade de empresas de mídia é muito concentrada, com a publicidade governamental frequentemente usada para recompensar veículos de grande circulação.

Os produtos que emergem nessas configurações revelam variados tipos de conteúdo, sendo o jornalismo uma de suas possibilidades, e também permitindo



REALIZAÇÃO



APOIO



modificar práticas e processos do que se convencionou chamar jornalismo de referência.

Ainda assim, grande parte desses atores é composta por jornalistas ou profissionais de áreas afins. Fígaro (2018) vai chamar esses atores “novos arranjos de trabalho dos jornalistas”, e identifica que, no Brasil, eles têm um *boom* na primeira metade dos anos de 2010.

Nem todos os novos atores que surgem adotam viés progressista e alguns vão desembocar em experiências conservadoras. No livro *Manifestações e protestos no Brasil*, não por acaso com subtítulo *correntes e contracorrentes na atualidade*, Gohn (2017) cita movimentos sociais reacionários ou conservadores, a exemplo de Revoltados Online e Movimento Brasil Livre (MBL) e faz referência a suas respectivas experiências de comunicação, igualmente com tendências reacionárias ou conservadoras. A estudiosa, no entanto, aponta que os atores conservadores se diferenciam dos progressistas por costumarem defender bandeiras clássicas do liberalismo, como a predominância do indivíduo, o estado mínimo e a liberdade absoluta do mercado, muitos deles recebendo financiamento de grandes empresas e se organizando mais como empresas.

Eles ainda diferem dos modelos progressistas por serem mais hierarquizados e ficarem à vontade com o crescimento menos orgânico, recorrendo a robôs, perfis falsos e compra de perfis, que ajudam na indexação do *Google*, buscando um efeito piramidal, de uso comum por agências de publicidade e na promoção digital de empresas (GOHN, 2017). Para Rovai (2018) essas experiências mais à direita não se propõem a fazer coberturas de caráter jornalístico, mas a divulgação de eventos e/ou posicionamentos se utilizando, especialmente, de novas possibilidades tecnológicas e formatos de mensagens, como os memes.

Haller, Holt e Brosse (2019) observam uma crescente profissionalização dos grupos à direita e usam o termo “mídias alternativas de direita”, no entanto afirmam que o termo "alternativo" é mais utilizado para se referir a mídias que lutam por ideais progressistas e democráticos. Esses autores (2019) observam que as mídias de direita têm em comum com as progressistas o fato de estarem ligadas a grupos insatisfeitos



REALIZAÇÃO



APOIO



por não se verem representados de forma justa pelo jornalismo *mainstream*, o que lhes confere um caráter fortemente reativo e de oposição.

Desde fins do século XX outras formas que também vão abrigar comunicadores/jornalistas são as empresas de profissionais de comunicação, reunindo jornalistas, publicitários, relações públicas, assessores de imprensa, que não trabalham especificamente para nenhum veículo, mas produzem mensagens diversificadas para diferentes assessorados e meios de comunicação. Trata-se de conteúdo produzido extra-redação, que concorre para diminuir a necessidade de jornalistas contratados nos veículos e faz com que estes economizem tempo e dinheiro, mas também abram mão de linha editorial própria. Para o jornalismo significa mudanças profundas em relação a concepções clássicas da atividade ligadas à ideia de defesa do bem social e auxiliar da democracia. Para o jornalista significa mudanças no perfil profissional, que antes valorizava a autonomia do jornalista diante do real.

Adghirni (2012, p.68) argumenta que “o campo do jornalismo propriamente dito vem encolhendo em detrimento do campo da comunicação (leia-se assessorias de comunicação de empresas públicas ou privadas)” que passa a empregar mais jornalistas em atividade que os veículos. Neveu (2006) fala em uma “degeneração” de jornalistas em comunicadores. Adghirni (2012, p. 70) ainda questiona “que tipo de definição pode legitimar a profissão” exercida nessas condições de grandes mudanças estruturais.

Por fim, ainda é preciso registrar que o surgimento de mídias alternativas do século XXI - digitais e ativistas - está ligado ao retorno das mobilizações de rua no mundo, desde final do século XX, com protestos antiglobalização e uso das mídias sociais digitais para apresentar diferentes relatos e imagens, produzidos de modo colaborativo por jornalistas e ativistas, inspirando a mídia alternativa digital pelo mundo, como a cobertura de manifestações no mundo árabe e dos “ocupa” em países da Europa e Estados Unidos (MALINI, ANTOUN, 2013; SAVAZONI, 2014; CABRAL, 2019). No Brasil, um momento significativo foi a chamada Jornadas de Junho, em 2013, maior onda de protestos de rua no Brasil neste século, fazendo uso de ativistas, jornalistas e do recém chegado Facebook.



REALIZAÇÃO



APOIO



3.3. Plataformas digitais e o fim da inocência

Os movimentos de Junho de 2013 ou Jornadas de Junho, em seu início saudadas como oportunidade de discutir o Brasil e/ou a democratização da mídia, hoje não gozam de consenso sobre sua interpretação e podem também ser vistas como estimuladas por agentes de grande capital e como algo que – voluntária ou involuntariamente - ajudou a criar uma onda conservadora no Brasil.

Tampouco há consenso atores coletivos surgidos nesse momento, como a Mídia NINJA, ora vistos como possibilidade de renovar o campo do trabalho e da vida, enquanto iniciativa promotora de outras relações possíveis, ora como mais uma iniciativa exploradora da mão de obra e reprodutora de relações próprias do capitalismo e de opressão, inclusive entre os colaboradores, atuando sob comando ou submetidas às plataformas digitais.

Esse tipo de discussão se estende para questionar o poder das mídias sociais e das mídias independentes do século XXI como canais de inclusão de discursos, debates políticos e contribuição para as democracias modernas, especialmente num momento em que fica mais evidente o crescimento e poder das grandes plataformas digitais, que atuam de modo concentrado e desregulado, com acesso a dados pessoais e uso desses dados para fins comerciais e políticos, via algoritmos e manipulação de dados, de modo desconhecido pelos usuários, marginalizando os atores alternativos, com o controle sobre a visibilidade do que é publicado, e freando entusiasmos dos que, inclusive, ajudaram a experimentar o modelo e a levar usuários para as plataformas.

Essas plataformas atuam num contexto de hegemonia, tornaram-se empresas gigantes e saem de seus nichos originais (como o de redes sociais digitais e mecanismos de busca) para entrar em novos segmentos, tirando proveito do cenário desregulado e de seu poder tecnológico para ampliar atuação, com impactos ainda não de todo previstos (NEWELL; MARABELLI, 2015; MOROZOV, 2018; ZUBOFF, 2020; VALENTE, 2019).

A empolgação inicial com o potencial emancipatório e democrático das TICs (CASTELLS, 2013), passa a conviver com o uso dessas tecnologias – um instrumento que não é neutro -, para a coleta e manipulação de dados massivos - o chamado big data (MOROZOV, 2018; VALENTE, 2019), e com o controle dos algoritmos sob



REALIZAÇÃO



APOIO



organizações privadas, que assumem cada vez mais o papel de monitorar a visibilidade do que é publicado, atendendo interesses mercadológicos (SALTER, 2011; DA SILVA; BRAGATTO; SAMPAIO, 2016). Assim, empresas de organização de mídias sociais e Estado, seja na forma de manipulação do que é tornado visível em busca de capitalização ou por meio de leis, fazem da mídia social um espaço sob controle, vigiado e de autonomia relativa, além de se ver crescer as experiências não apenas conservadoras, mas de extrema direita.

Em junho de 2019, a revista austríaca *Falter* publicou reportagem sobre o uso estratégico de meios de comunicação pela extrema-direita na Europa, verificado com maior intensidade desde 2016. A reportagem diz: “O alcance das publicações da extrema-direita, especialmente no seu formato online, chegou a uma tal ubiquidade na França que já foi cunhada uma expressão para a descrever: “fachosphère”, uma esfera fascista na Internet.[...] De acordo com o site de análise e pesquisa Alexa, em 2016, sete dos dez sites políticos da Internet mais lidos na França pertenciam à extrema-direita.” A reportagem ainda diz que a extrema-direita, em muitos países da Europa, está construindo “uma máquina de propaganda na comunicação social disfarçada de ‘notícias alternativas’”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo propõe uma concepção historicista da realidade na busca de tentar interpretar o jornalista contemporâneo, personagem relacionado aos fenômenos do seu tempo histórico. Essa concepção é importante por contextualizar os contextos e reconhecê-los como conflituosos, temporários e dialéticos. Por isso apontamos um “retrato” - por ser momentâneo e até certo ponto um tanto desfocado, ainda nebuloso e exigindo ser melhor verificado.

Ainda que esse jornalismo e esse jornalista seja um modelo histórico, logo ligado aos processos que lhe são contemporâneos e, portanto, transitório, seus formatos e práticas raramente são vistos de modo crítico, sendo muitas vezes tomados como perpétuos e naturalizados. No momento de crescimento e grande poder das plataformas digitais, muitas interpretações ainda tendem a ser tecnodeterministas e tidas como inquestionáveis, impondo práticas às quais resta aderir.



REALIZAÇÃO



APOIO



Isso não significa ausência de tensões. Ao contrário, ela tem trazido questionamentos ao fazer jornalístico e ao perfil do profissional jornalista.

Se o jornalismo é um espaço heterogêneo e as mudanças são constitutivas da prática jornalística, isso não significa que não precisam ser identificadas. Ao contrário, torna-se ainda mais importante defini-las e descrevê-las, como forma de compreender o momento histórico para, então, poder agir sobre ele. Sendo uma atividade de rupturas, descontinuidades e reinvenções, esse processo exige reflexão sobre contexto histórico.

Nesse momento, essas discussões devem incluir a regulação das plataformas digitais. E para que isso aconteça é preciso compreender os fenômenos histórico que aqui elencamos e que, vistos em sequência, já não parecem paradoxais ou contraditórios, mas encadeados, guardando uma coerência interna que lhe dá um direcionamento e necessita ser desvelado pelos estudos de jornalismo.

REFERÊNCIAS

- ADGHIRNI, Zélia Leal. Mudanças Estruturais no Jornalismo: travessia de uma zona de turbulência. In: PEREIRA, Fábio Henrique; MOURA, Dione Oliveira; ADGHIRNI, Zélia Leal (orgs.). **Jornalismo e sociedade: teorias e metodologias**. Florianópolis: Insular, 2012, p. 61-79.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. São Paulo: Cortez, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida de consumo**. Buenos Aires: Fundo de cultura econômica, 2011.
- BOLAÑO, C. **Indústria cultural: informação e capitalismo**. São Paulo: Polis, 2000.
- BECERRA, Martín. La televisión pública en América Latina: condicionantes y desafios. In: DOURADO, Jacqueline Lima (Org.). **Economia Política do Jornalismo: campo, objeto, convergência e regionalismo**. Teresina: EDUFPI, 2013, p.179-205.
- CABRAL, A. **Centro de mídia independente: os primórdios do ativismo digital no Brasil**. Curitiba: Appris, 2019.
- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CHARRON, J.; BONVILLE, J. **Natureza e transformações do jornalismo**. Florianópolis: Insular; Brasília: FAC Livros, 2016.
- DA SILVA, S.P; SAMPAIO, R.C.; BRAGATTO, R.C. Concepções, debates e desafios da democracia digital. In: DA SILVA, S.P; SAMPAIO, R.C.; BRAGATTO, R.C (Orgs.).



REALIZAÇÃO



APOIO



Democracia digital, comunicação política e redes: teoria e prática. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e imagens, 2016. P. 17-37.
 FÍGARO, R. (Org.). **As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia.** São Paulo: ECA-USP, 2018.

FIORI, J. L. **O poder global e a nova geopolítica das nações.** São Paulo: Boitempo, 2007.

GOHN, M. da G. **Manifestações e protestos no Brasil:** correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2017.

HALLER, A.; HOLT, K.; LA BROSSE, R. The 'other' alternatives: political right-wing alternative media. **Journal of Alternative and Community Media**, v. 4, n. 1, p. 1-6, 2019.

LIMA, C. do C. Nonato. **Jornalistas, blogueiros, migrantes da comunicação:** em busca de novos arranjos econômicos para o trabalho jornalístico com maior autonomia e liberdade de expressão. Tese de doutorado – apresentada ao Programa de pós-graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MALINI, F.; ANTOUN, H. **A internet e a rua:** ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MICK, J.; TAVARES, L.M. A governança do jornalismo e alternativas para a crise. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, SBPJor. **Anais [...]**. v.13, n.2, 2017. P.120-145.

MOSCO, V. **La economía política de la comunicación.** Barcelona: Editorial Bosch, 2009.

MOROZOV, E. **Big Tech:** a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

NEVEU, E. **Sociologia do Jornalismo.** São Paulo: Edições Loyola, 2006.

NEWELL, S.; MARABELLI, M. **Strategic opportunities (and challenges) of algorithmic decision-making:** a call for action on the long-term societal effects of 'datification'. **The journal of strategic information systems** [s.l.], v. 24, n. 1, 2015. P. 3-14.

PEREIRA, F. H.; ADGHIRNI, Z. L. O estudo do jornalismo em tempos de mudanças estruturais. **In Texto.** Porto Alegre: UFRGS, v.01, n. 24, 2011. P. 38-57.

PONTO DE INFLEXÃO: impacto, ameaças e sustentabilidade: um estudo dos empreendedores digitais latino-americanos. Disponível em: <http://data.sembramedia.org/modelos-de-negocios/?lang=pt-br>. Acesso em: 01 out. 2017.

ROVAI, R. **Um novo ecossistema midiático:** a história do jornalismo digital no Brasil. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, 2018.



REALIZAÇÃO



APOIO



SALTER, L. Structure and forms of use. **Information, communication e society**, v.7, n.2, 2011. p.185-206.

SAVAZONI, R. **Os novos bárbaros**: a aventura política do Fora do Eixo. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2014.

SCHNEIDER, H. N. Dromocracia cibercultural: saturação tecnológica na sociedade contemporânea (2016). Disponível em: <https://www.ufs.br/conteudo/20103-dromocracia-cibercultural-saturacao-tecnologica-na-sociedade-contemporanea>. Acesso em: 01 mar. 2022.

TRIVINHO, E. **A Dromocracia Cibercultural**: Lógica da Vida Humana na Civilização Mediática Avançada. São Paulo: Paulus Editora, 2007.

VALENTE, J. C. L. **Tecnologia, informação e poder**: das plataformas online aos monopólios digitais. 2019. 400f., il. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.